

PREGÃO ELETRÔNICO: 44/2024

IMPUGNANTE: TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTA

I DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo emanado a partir da impugnação ao Edital pela empresa **TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTA**, nos autos do Pregão Eletrônico n. 44/2024, cujo objeto é a aquisição de caminhão equipado com baú, conforme características constantes no edital.

Em suas razões, a impugnante requer as alterações das características técnicas do veículo para que seja admitido veículo com transmissão manual, alegando ser a opção mais acessível e que permitirá maior competitividade no certame, sustentando, ainda, que a transmissão automatizada contém as mesmas peças que a transmissão manual.

Requer, assim, o acolhimento de sua impugnação para que seja realizada a alteração do ato convocatório.

É o breve relatório. Passa a opinar.

III DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, é válido registrar que o exame jurídico se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a sua parte técnica.

Pois bem.

A licitante afirma que a opção pelas características de transmissão automatizada do veículo é prejudicial e que suas razões estão ligadas aos princípios da ampla concorrência e economia para a Administração Pública.

Contudo, melhor sorte não lhe assiste.

O edital foi elaborado em estrita observância à legislação vigente e a opção pela transmissão automatizada em detrimento da manual se insere no âmbito da discricionariedade da Administração, a qual, mediante critérios de oportunidade e conveniência, deverá observar quais requisitos técnicos melhor atendem o interesse público. E, no presente caso, não há qualquer óbice para a escolha pela transmissão automatizada, uma vez que tal escolha está longe de configurar restrição à participação.

A bem da verdade, a impugnante pretende alterar o edital de acordo com as características que melhor lhe atendem, ignorando o fato de que a opção pela transmissão automatizada já vem sendo utilizada no mercado e comumente adotada por diversos outros Municípios que licitam este objeto, como é o caso do Município de Jardim Olinda nos autos do Pregão Eletrônico n. 24/2024, que licitou objeto semelhante ao caso.

A alegação da impugnante de que a exigência frustraria o caráter competitivo ou que limitaria a ampla participação no referido certame é completamente infundada, pois as

exigências em questão são as que melhor atendem o interesse público, sobretudo ao levar em consideração experiências anteriores na aquisição do objeto.

Além disso, a licitante não trouxe em sua impugnação qualquer conjunto probatório capaz de demonstrar que tal exigência é restritiva no mercado, limitando-se a trazer alegações sem qualquer fundamento para análise técnica da questão.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, uma vez ausentes indícios de ilegalidade no ato convocatório, opina-se pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação apresentada, mantendo-se a data designada para a sessão pública.

Bocaiúva do Sul/PR, 16 de agosto de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 221.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF n. 75.483